



Água Preta-PE, 31 de março de 2023.

ITEM 55 – da Resolução TCE-PE Nº 190/2022

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº 20100313-2			
Respeitar os limites presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal para a Despesa Total com Pessoal;	IMPLEMENTADO	-	-
Revisar as alíquotas previdenciárias de responsabilidade do ente, tanto normal, quanto atuarial, para que se adéquem às alíquotas sugeridas pelo atuário na avaliação atuarial.	IMPLEMENTADO		
Elaborar a Lei Orçamentária Anual apresentando conteúdo que atenda aos requisitos exigidos pela Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal;	IMPLEMENTADO		
Fortalecer o controle sobre os procedimentos de registro dos fatos administrativos que têm repercussão no patrimônio do município, de modo que atendam às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;	IMPLEMENTADO		
Aprimorar o controle contábil por fontes/destinação de recursos, a fim de que seja considerada a suficiência de saldos em cada conta para realização de despesas, evitando, assim, contrair obrigações sem lastro financeiro, de modo a preservar o equilíbrio financeiro e fiscal do município;	IMPLEMENTADO		
Processo TC nº: °18100512-8			
Acompanhar a situação da municipalidade junto ao RGPS e ao RPPS, de modo que haja segurança jurídica do conjunto dos segurados que se encontram filiados aos referidos sistemas e no pleno gozo dos seus direitos,	IMPLEMENTADO		



<p>bem como a garantia ao Município de que não haverá formação de passivos futuros capazes de afetar o equilíbrio de suas contas e o cumprimento de suas metas fiscais.</p>			
<p>Providenciar, junto ao setor competente da Prefeitura Municipal, a correta e tempestiva contabilização, assim como o posterior recolhimento/repasso das contribuições previdenciárias (dos segurados e patronal) devidas ao RGPS e ao RPPS, em época própria, evitando o pagamento de multa e juros ao órgão competente.</p>	IMPLEMENTADO		
<p>Criar políticas de fomento de desenvolvimento da economia local de modo a incrementar a arrecadação das receitas próprias do Município, a fim de que seja minimizada a dependência financeira do ente perante a União e o Estado.</p>			
<p>Buscar alternativas para a ampliação dos setores menos desenvolvidos da economia municipal, in casu, agropecuária e indústria, de modo a despertar novas vocações econômicas, que poderão contribuir para o desenvolvimento da economia local e, conseqüentemente, o crescimento do Município</p>	Implementado parcialmente	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo da Agricultura familiar - Incentivo do cultivo da agricultura 	<p>O município busca incentivar o cultivo da agricultura através da agricultura familiar na compra de suas demandas, assim como foi criado o programa Prefeito no campo, que busca atender as necessidades do pequeno agricultor.</p>
<p>Promover a adoção do Plano de Amortização do déficit atuarial tal como proposto pelo atuarial.</p>	IMPLEMENTADO		
<p style="text-align: center;">Processo TC nº: 21100415-7</p>			
<p>Aplicar na educação até o exercício de 2023 a diferença não aplicada em 2020, que foi de 1,86% - EC 119/22</p>	IMPLEMENTADO		
<p>Adotar as alíquotas previdenciárias nos termos da DRAA do exercício, com vistas a mitigar o déficit previdenciário, e conduzir o RPPS para o equilíbrio atuarial</p>	IMPLEMENTADO		



Elaborar a LOA, nos termos da legislação pertinente ao assunto, notadamente na fixação do limite para abertura de créditos adicionais	IMPLEMENTADO		
Elaborar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos de forma eficiente de modo a disciplinar o fluxo de caixa, visando o controle do gasto público, frente a eventuais frustrações na arrecadação, de modo a realizar a execução orçamentária de forma superavitária	IMPLEMENTADO		
Evitar a inscrição em restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira, nos termos legislação pertinente ao assunto	IMPLEMENTADO		
Efetuar o registro em conta redutora de Provisão para Perdas de Dívida Ativa, arredando-se, no Balanço Patrimonial, situação não compatível com a realidade	IMPLEMENTADO		
Adotar medidas de controle com a finalidade de evitar a realização de despesas com recursos orçamentários do FUNDEB sem lastro financeiro	IMPLEMENTADO		
Observar, fidedignamente, o preceptivo do art. 12 da LRF, quando das previsões orçamentárias da receita, de forma a garantir a consistência de tais previsões, levando em apreço o montante de receitas que realmente vem sendo realizado em exercícios pretéritos	IMPLEMENTADO		
Elaborar o Balanço Patrimonial com Quadro de Superavit /Déficit apresentando as justificativas e notas explicativas	IMPLEMENTADO		
Atender todas as exigências da Lei Complementar nº 131 /2009, o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, no tocante ao nível de Transparência do Município	IMPLEMENTADO		
Encaminhar projeto de lei para implantar/realizar a segregação de massa de segurados do RPPS, com o fito de amenizar o deficit atuarial crescente no Município	EM FASE DE IMPLANTAÇÃO	Elaboração da lei	O município está analisando as formas de agir a respeito da implantação da segregação de massa.
Repassar as contribuições patronal e especial de forma tempestiva para o RPPS, evitando formação de passivos para os futuros gestores	IMPLEMENTADO		



Documento Assinado Digitalmente por: JOVELINA QUTERIA DA SILVA. NOELINO MAGALHAES OLIVEIRA LYRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 39d00d83-bfcb-4a17-af46-e6d780418c2



Repassar a contribuição patronal de forma integral e tempestiva para o RGPS, evitando formação de passivos para os futuros gestores	IMPLEMENTADO		
---	--------------	--	--

NOELINO MAGALHÃES OLIVEIRA LYRA
- Prefeito -